

Coleção TRIBUNAIS e MPU

Coordenador HENRIQUE CORREIA

# QUESTÕES DISSERTATIVAS E ESTUDOS DE CASO

PARA OS CONCURSOS DE TÉCNICO E  
ANALISTA DO TRT, TRE, TRF E TRIBUNAIS SUPERIORES

2018

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# **APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO**

O objetivo da coleção é a preparação direcionada para os concursos de Técnico e Analista do TRT, TRE, TRF e Tribunais Superiores.

A ideia da coleção surgiu em virtude das reivindicações dos estudantes, que almejavam por obras direcionadas para os concursos de Técnico e Analista dos Tribunais. As apostilas específicas mostram-se, na maioria das vezes, insuficientes para o preparo adequado dos candidatos diante do alto grau de exigência das atuais provas, o que ocorre também com as obras clássicas do direito, por abordarem inúmeras matérias diferentes ao concurso.

Nesta coleção, o candidato encontrará desde as cinco matérias básicas exigidas em todos os concursos, como português, raciocínio lógico ou matemática, informática, direito constitucional e administrativo, até as matérias específicas de outras áreas (arquivologia e administração pública) e todas as matérias dos diferentes ramos do direito. Portanto, com os livros da coleção o candidato conseguirá uma preparação direcionada e completa para os concursos de Técnico e Analista do TRT, TRE, TRF e Tribunais Superiores.

Além da linguagem clara utilizada, os quadrinhos de resumo, esquemas e gráficos estão presentes em todos os livros da coleção, possibilitando ao leitor a memorização mais rápida da matéria. Temos certeza de que esta coleção irá ajudá-lo a alcançar o tão sonhado cargo público de Técnico ou Analista dos Tribunais.

**Henrique Correia**

[www.henriqucorreia.com.br](http://www.henriqucorreia.com.br)

[henrique\\_constitucional@yahoo.com.br](mailto:henrique_constitucional@yahoo.com.br)

@profcorreia

# **APRESENTAÇÃO DA OBRA**

O objetivo desta obra é a preparação do candidato aos concursos de Analista e Técnico do TRT, TRE, TRF e Tribunais Superiores na resolução de questões dissertativas e estudos de caso. Desde 2015, observamos um aumento considerável dos concursos que exigem a solução pelo candidato dessas questões e estudos de caso. Aliás, os autores escolhidos são autores e professores conhecidos nacionalmente, que elaboraram novas questões e estudos de caso ou, ainda, comentaram questões de concursos passados que exigiam essa modalidade de prova discursiva.

Em resumo, a obra foi organizada da seguinte forma:

<b>Disciplina</b>	<b>Autor(a)</b>
Redação	<b>Rodolfo Gracioli</b>
Direito Administrativo	<b>Leandro Bortoleto</b>
Direito Constitucional	<b>Paulo Lépore</b>
Direito do Trabalho	<b>Henrique Correia</b>
Processo do Trabalho	<b>Élisson Miessa</b>
Direito Civil	<b>Vitor Toniello</b>
Processo Civil	<b>Sabrina Dourado</b>
Direito Penal	<b>Victor Valente</b>
Direito Tributário	<b>Alan Martins e Dimas Yamada Scardoelli</b>
Direito Previdenciário	<b>Adriana Menezes</b>
Direito Eleitoral	<b>Jaime Barreiros Neto</b>

Esperamos que este livro possa ajudá-lo a conquistar a tão sonhada vaga ao cargo de Analista e Técnico dos Tribunais. Caso queira fazer alguma sugestão ou crítica às matérias, estamos sempre à disposição.

Junho/2018.

**Henrique Correia**

Coordenador

# TEMAS DE REDAÇÃO

RODOLFO GRACIOLI

Naturalmente, a prova de redação gera certa ansiedade em grande parte dos candidatos. Quando se trata de uma prova com tema da atualidade, essa ansiedade se potencializa. Isso por conta da abordagem que as bancas oferecem para as discussões, além das múltiplas possibilidades de temas existentes (ao mesmo tempo em que falamos de uma greve/paralisação dos caminhoneiros, tratamos de questões sobre cultura). Comportamento, sociedade, tecnologia, ciência, cultura, expressão, meio ambiente – essas são algumas das segmentações que costumam ganhar destaque nos temas de redação. Na maior parte das vezes, os textos mobilizadores apresentam discussões de **caráter abstrato, subjetivo** e, de certa forma, com **tonalidade filosófica**. Dessa forma, o estudo direcionado garante um arcabouço de possibilidades mais reais para enfrentar a redação com segurança na escrita e com o aprofundamento necessário para transcender o senso comum.

Os temas se consolidam como problematizações referentes ao ser humano, o que sugere um olhar atento para questões que envolvem um potencial crítico complexo. Por isso, entender o que se faz obscuro perante a realidade social é essencial para a amarração crítica dos temas da banca. Para exemplificar as possibilidades que um tronco temático oferece, basta usar o mundo do trabalho como exemplo. Os caminhos analíticos são múltiplos:

**Desafios do trabalho na perspectiva da robotização e automação dos espaços laborais**

**Ócio criativo: utopia ou possibilidade?**

**Significado do trabalho ao longo da história**

**Trabalho dignifica o homem até que ponto?**

**Empoderamento do trabalhador com as leis trabalhistas**

**Relação entre fragilização emocional da sociedade e a dimensão do trabalho**

**Papel do trabalho na vida do indivíduo**

**Desemprego enquanto desafio contemporâneo**

**Trabalho análogo à escravidão: problema histórico com nova roupagem**

Por isso, a melhor forma para se preparar para enfrentar uma prova de redação com tema da atualidade é de maneira direcionada, olhando para reais possibilidades, a partir de um estudo específico. Entendo que a escrita passa por um processo e que a absorção dos temas acontece de maneira paulatina. Amadurecer os posicionamentos críticos e dominar exemplos, dados, conceitos e aprofundamentos

teóricos garantirá uma escrita segura, independentemente do comando da proposta ou da interpretação dos fragmentos textuais que mobilizam para a produção textual.

Dito isso, é importante ainda romper com uma visão muito “engessada” para a produção de texto e deixar a explosão de ideias fluir. Nem sempre para um tema da atualidade será possível apresentar um dado estatístico ou um exemplo, talvez caiba muito bem uma explicação ou aprofundamento como subtópico. Por isso, selecionamos algumas discussões para nortear sua preparação nessa reta final e, principalmente, para ampliar o repertório de possibilidades.

Caso queira se aproximar em outros temas, uma das indicações é o livro “Temas de Redação para Tribunais” (5ª edição).

Bons estudos!

## TEMA 1: CONSUMO, LOGO EXISTO

### Texto

“A cena é clássica: quase sempre que um determinado produto é lançado, uma enxurrada de pessoas simplesmente resolve abandonar aquele que possuem para ter o modelo atualizado, uma vez que o antigo já não satisfaz mais como antes. Assim, produtos que ainda poderiam ser usados naturalmente acabam virando descarte fácil entre os consumidores. Com base no cenário acima, o fato é que atualmente a sociedade ocidental possui uma relação intensa de consumo, o que vem gerando consequências irreversíveis ao meio ambiente. Segundo um relatório do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a humanidade está consumindo mais do que a Terra é capaz de repor. De acordo com o documento, a Terra tem 11,4 bilhões de hectares terrestres e marinhos considerados produtivos e sustentáveis – isto é, com capacidade de renovação. Mas já estamos usando o equivalente a 13,7 bilhões de hectares para produzir os alimentos, água, energia e bens de consumo de que necessitamos. Estes dados mostram que a diferença (2,3 bilhões de hectares, ou cerca de 20%) sai dos estoques naturais não renováveis, configurando uma crise mundial sem precedentes, que tende a reduzir drasticamente a qualidade de vida até 2030. Por isso, é urgente a necessidade de se buscar maneiras de conciliar o progresso econômico e a preservação dos recursos ambientais”.

(<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/os-males-do-consumo-desenfreado-4l782thsoedaqjeov7zh3ttu6>) – Acesso em julho de 2017.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

### **Consumo, logo existo: era da mercantilização da felicidade**

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes tópicos:

- 1) Relação entre o consumo e felicidade e a influência da mídia.
- 2) Efeitos do consumismo com relação à questão ambiental/geográfica.
- 3) Estratégias que possibilitem a prática do consumo consciente.

Um dos termômetros da sociedade contemporânea é o **padrão de consumo das diferentes sociedades**. Muitas vezes, a grande “régua” da sociedade, que insere ou exclui os indivíduos de determinadas situações, é a possibilidade de consumir ou não. O clichê da globalização tem sentido nesse debate – afinal, grande parte dos produtos consumidos acabam sendo compostos em diferentes localidades do mundo (compartimentos que são oriundos de diferentes países). Nessa lógica de interação entre as partes, o consumo tornou-se uma “máxima”. Consumir é garantir a existência, enquanto não consumir é se tornar invisível.

Essa percepção do consumo como busca pela felicidade é exaltada pelas próprias propagandas. Muitas vezes, existe a emergência de uma ideia de que para ser feliz, é preciso adquirir tal objeto, frequentar tais locais ou utilizar tais acessórios. Essa sedução da propaganda alcança efeitos irreversíveis nas crianças, seres que ainda não apresentam sua emancipação crítica para a real compreensão sobre o que é necessário ou não.

Nesse meio, as estratégias de marketing somam-se. O teor apelativo é disfarçado pelo linguajar lúdico. A busca pelo consumo excessivo é velada para não demonstrar a agressividade do discurso: “tenha, compre, seja, veja, adquira”, e por aí vai. A indústria do consumo cria necessidades não coerentes com o padrão econômico das pessoas, mas para isso o setor financeiro resolve o problema: múltiplas facilidade e caminhos para que o indivíduo adquira um ou outro produto. O empoderamento por meio do cartão de crédito (com novas regras em 2017), viabiliza o sucesso da propaganda. Olhando para um ambiente que carece de educação financeira, o terreno se torna fértil para o endividamento.

Além de toda essa discussão, falar sobre consumismo é também apontar desafios de ordem ambiental. O consumo exacerbado tem produzido uma quantidade de resíduos que não tem sido bem assistida. Isso não exclui as boas ações (empreendedoras, em alguns momentos), que transformam o lixo em fonte de renda (aqui vale a máxima, do lixo ao luxo). Não distante dos espaços de produção acadêmica/intelectual, o conceito de consumo responsável tem aparecido com impactos íngremes.

**Consumo responsável:** modelo de desenvolvimento e produção que seja comprometido com a redução dos impactos sociais e ambientais negativos associados à cadeia de produção.

Nessa ordem, a modificação atitudinal da sociedade acaba se transformando em uma necessidade. Dessa forma, o ato de consumir – sendo esse político ou não – se tornou algo exponencialmente incontrolável: consumir deixou de ser necessidade e se transformou em obrigação – fato que a mídia faz questão de reforçar a cada instante.

Uma reflexão paralela a questão do consumo diz respeito ao status e o reconhecimento que os indivíduos alcançam por adquirir algum objeto. É fato que a vida no passado era diferente, em alguns aspectos melhor, em outros, pior. O conforto que a tecnologia trouxe acaba sendo equacionado com os prejuízos. Essa é uma

a falta de combustíveis, assim como a escassez de produtos perecíveis. Em uma primeira tentativa de acordo, a resposta não foi validada pelo movimento por completo e os protestos continuaram – na ocasião, o presidente Michel Temer autorizou o uso das forças federais para o desbloqueio de estradas. No auge dos 7 dias de paralisação, novas medidas foram anunciadas pelo presidente Michel Temer com o objetivo de garantir o fim da paralisação:

- Redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel por 60 dias (o que, segundo a secretaria de governo, custará R\$ 10 bilhões aos cofres) Após os 60 dias, os reajustes no valor do combustível serão feitos a cada 30 dias, decisão que, segundo Temer, visa dar mais “previsibilidade” aos motoristas;
- Isenção da cobrança de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios, em rodovias federais, estaduais e municipais;
- Determinação para que 30% dos fretes da Conab sejam feitos por caminhoneiros autônomos;
- Estabelecendo de tabela mínima dos fretes.

Para finalizar, seleciono alguns temas em alta para as próximas provas, assim como conceitos que possibilitam uma ampliação de repertório de uma análise crítico-reflexiva bem fundamentada.

### **Temas polêmicos**

- Auxílio moradia para magistrados: entre a questão legal e a dimensão moral
- Intervenção federal em pauta no Rio de Janeiro: solução real para a crise?
- Armar a população: saída para a violência ou agravamento de tal condição?
- Casamento civil gay e o desafio de legitimação social
- Vagões rosa: estratégia de combate da violência contra a mulher?
- *Child free*: crianças em pauta nos diferentes espaços
- Exposições artísticas polêmicas e os limites da arte
- Debate sobre gênero na dimensão escolar
- PEC 181 em pauta e a criminalização do aborto em todos os casos
- Obrigatoriedade do voto em pauta no Brasil
- Uso do turbante e o debate sobre apropriação cultural
- Redução da maioria penal em pauta no Brasil
- Inesgotável embate sobre as cotas raciais
- “Cura trans” vetada pelo Conselho Federal de Psicologia
- Análise do fenótipo para legitimação do sistema de cotas

### **Temas gerais**

- Violência urbana no contexto brasileiro
- Competições esportivas como forma de pacificação
- Crise do sistema prisional e a dificuldade de ressocialização
- Era das *"fake news"*: consequências da propagação de notícias falsas
- Desafios do envelhecimento da população no Brasil
- Inclusão em pauta no contexto brasileiro
- Necessidade de desburocratizar o processo de adoção no Brasil
- Corrupção do cotidiano: naturalização de ações transgressoras
- Violência cíclica com os casos de justiça com as próprias mãos
- Descrença na política brasileira e a necessidade de oxigenação democrática
- Democracia digital: internet como forma de politização
- Humor no contexto da liberdade de expressão
- Geração smartphone: impactos da intoxicação digital
- Desafios da mulher no século XXI
- Padrões de beleza da sociedade contemporânea
- Gordofobia em pauta na sociedade dos estereótipos
- Viver em rede no século XXI
- Problemática do bullying na sociedade contemporânea
- Desafios ambientais na era do esgotamento dos recursos naturais
- Xenofobia em pauta no contexto do extremismo em alta
- Problemática do lixo eletrônico

### **Temas subjetivos/abstratos/filosóficos**

- Escassez do diálogo no âmbito da Modernidade Líquida
- Espetacularização da sociedade com a dimensão midiática
- Fragilização emocional da sociedade contemporânea
- Vício tecnológico e nomofobia: patologias do século XXI
- Paradoxos do mundo do trabalho
- Robotização das relações sociais
- Limites da liberdade de expressão no contexto democrático

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

SABRINA DOURADO

## 1. NORMAS FUNDAMENTAIS

**01. (Questão criada pela autora).** De que forma está previsto o contraditório no CPC/15? O que se entende por vedação às decisões-surpresa e o chamado dever de consulta?

### RESPOSTA SUGERIDA PELA AUTORA

O contraditório previsto no CPC/15 é o chamado contraditório substancial ou real. Através dele, garante-se às partes a ampla participação no processo, bem como a possibilidade de influenciar o juiz. O artigo 7º do texto processual destaca que é dever do juiz zelar pelo efetivo contraditório.

No CPC/15, o contraditório foi agigantado. No artigo 9º, sinaliza-se que não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Foram estabelecidas algumas exceções, senão vejamos:

- tutelas provisórias de urgência;
- às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos I e II;
- à decisão prevista no art. 701.

Assim, nas três hipóteses acima, em caráter excepcional, o juiz poderá decidir sem antes ouvir a parte prejudicada. O contraditório será diferido, nestes casos.

Como se não bastasse, o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Surge, assim, a vedação às decisões surpresa e o chamado dever de consulta.

**02. (Questão criada pela autora).** Mariana pretende discutir direito indisponível através da arbitragem. Ela está preocupada com o custo, bem como morosidade do judiciário. Ela poderá discutir direito não patrimonial através dela?

### RESPOSTA SUGERIDA PELA AUTORA

Não. Não será possível. Apenas direitos patrimoniais poderão ser discutidos por meio da arbitragem.

A arbitragem está presente no ordenamento pátrio através da Lei n.º 9.307/96. O CPC/15 destacou, no art. 3º, parágrafo 1º, que ela estaria autorizada na forma da lei supracitada.

Trata-se de um instrumento de solução de contendas através da qual as próprias partes, de comum acordo, estabelecem/elegem um terceiro que decidirá sobre a questão, exercendo função similar à atividade jurisdicional.

Tal figura é chamada de ÁRBITRO. Há quem entenda que a arbitragem não é equivalente jurisdicional.

No entanto, ousamos discordar. Entendemos que ela é meio não jurisdicional de resolução de contendas.

Todavia, a arbitragem não atinge a todos e quaisquer conflitos. Ela possui limitações e depende, pois, de autorização legal. Também não exclui a atividade jurisdicional, a qual é inafastável.

Recentemente, através da edição da Lei 13.129/15 foi ampliada a aplicação da arbitragem para dispor sobre a escolha de árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, bem como regulamentar a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem. Grande conquista!

Ademais, a lei acima regulamenta a concessão de tutelas de urgência, carta arbitral, bem como a sentença arbitral. Todos os temas muito relevantes na lida da arbitragem, a qual cresce em todo país.

Saliente-se que o árbitro possui poder decisório. Ele proferirá a chamada SENTENÇA ARBITRAL. No entanto, ele não possui força executiva. Também de acordo com o art. 31 da Lei da Arbitragem, a sentença arbitral será título executivo quando contiver eficácia condenatória.

Entretanto, o conteúdo da sentença arbitral é vulnerável a análise do Poder Judiciário, apenas, sobre os aspectos da sua regularidade.

## 2. JURISDIÇÃO E AÇÃO

**03. (Questão criada pela autora).** Depois de 3 meses do falecimento de Marcos, sem que nenhum herdeiro tenha iniciado o procedimento de inventário e partilha, o juiz da vara de família da comarca onde residia o falecido inicia, de ofício, o dito procedimento. Tomando por base as disposições constantes do CPC/15, o juiz agiu acertadamente?

### RESPOSTA SUGERIDA PELA AUTORA

Não. O juiz não agiu com acerto. O CPC/15 não autoriza que tal procedimento seja iniciado de ofício. No CPC/73, ora revogado, o artigo 989, autorizava que o juiz o iniciasse de ofício, se os herdeiros do falecido não o fizessem no prazo legal. Já o

CPC em vigor, destaca que os legitimados legais é que devem iniciar o dito procedimento. Consoante dispõe o artigo 611 do CPC em vigor, o processo de inventário e partilha deve ser instaurado dentro de 2 meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento da parte. Ademais, havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.

Se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha poderão ser feitos por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para qualquer ato de registro, bem como para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.

O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado ou por defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

Como visto acima, o estado-juiz atuará, desde que seja provocado. Esta regra geral, conhecida pelo nome de princípio da demanda, dispositivo ou princípio da inércia, está consagrada no art. 2º do CPC/15.

Há, no entanto, exceções, senão vejamos:

A Lei 11.101/05 permite ao juiz converter o processo de recuperação judicial em falência.

“Art. 738. Nos casos em que a lei considere jacente a herança, o juiz em cuja comarca tiver domicílio o falecido procederá imediatamente à arrecadação dos respectivos bens.”

### 3. COMPETÊNCIA

**04. (Cespe – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE – GO/2015)** Redija um texto dissertativo a respeito da modificação de competência no direito processual civil brasileiro. Em seu texto, aborde, necessariamente e de forma fundamentada, a possibilidade de modificação de competência nas seguintes situações:

- inércia ou vontade expressa das partes; [valor: 3,50 pontos]
- identidade parcial ou total entre elementos de ações que tramitam em órgãos judiciais distintos; [valor: 4,00 pontos]
- alteração, no curso do processo, de regra de direito ou de situação de fato utilizada para fixação de competência, como no caso de mudança de domicílio do réu. [valor: 2,00 pontos]

#### RESPOSTA SUGERIDA PELA AUTORA

A competência é medida da jurisdição. Ela se presta a estruturar o funcionamento efetivo do Poder Judiciário. Ela será fixada no instante da propositura da demanda consoante dispõe o artigo 43 do CPC. Eis o que chamamos de perpetuação da

competência. Regra geral, em razão da própria segurança jurídica, a competência fixada não poderá ser alterada.

A lei assinala que as mudanças no estado de fato ou de direito de um indivíduo não alterarão a competência fixada.

Logo, as mudanças do estado civil ou de domicílio não alteram a competência fixada. No entanto, há exceções. O artigo acima indicado, destaca que haverá mudança de competência se o órgão jurisdicional, no qual estava em curso o processo, for extinto ou houver mudança de competência absoluta, quais sejam: competência material, em razão das pessoas e da hierarquia ou função.

A modificação da competência também poderá ocorrer por vontade expressa das partes. Elas poderão convencionar as regras de competência relativa. Cite-se, por exemplo, a possibilidade de estabelecerem uma cláusula de eleição de foro contratual. Eis plenamente possível.

De acordo com o artigo 63 do CPC, as partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. A dita eleição do foro só produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.

Ademais, o foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.

Por fim, a competência ainda se modificará em razão da conexão ou continência.

**+ Conexão:** Art. 55, CPC. Quando houver duas ações com mesmo pedido e causa de pedir.

“Art. 55. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o **pedido** ou a causa de pedir.”

#### ► ATENÇÃO!

Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado. Tal disposição já estava consolidada na súmula 235 do STJ.

#### **Aplica-se ainda a conexão**

- à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico;
- às execuções fundadas no mesmo título executivo.

Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

**+ Continência:** Art. 56, CPC. As mesmas partes e mesma causa de pedir e o pedido de um tem que ser maior que o do outro.

# ***DIREITO PENAL***

VICTOR AUGUSTO ESTEVAM VALENTE

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Atualmente, as provas dos concursos públicos do Ministério Público da União (MPU) e dos Tribunais em geral, notadamente de cada Tribunal de Justiça Estadual (TJ) e do Tribunal Regional Federal (TRF), têm exigido questões discursivas na segunda fase do certame, explorando as seguintes disciplinas do edital<sup>1</sup>:

- ❖ Direito Constitucional
- ❖ Direito Administrativo
- ❖ Direito Ambiental
- ❖ Direito Previdenciário
- ❖ Direito Tributário
- ❖ Direito Civil
- ❖ Direito Penal
- ❖ Direito Processual Penal
- ❖ Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito

No concurso dos Tribunais, a maioria das provas de segunda fase compõe-se da elaboração das seguintes questões e peças prático-profissionais:

- ❖ 1 (uma) sentença cível;
- ❖ 1 (uma) sentença criminal;
- ❖ 3 (três) a 5 (cinco) questões discursivas.

Devido à importância que ocupa nas carreiras do Ministério Público Federal e nos Tribunais, a disciplina de Direito Penal é frequentemente exigida em provas de segunda fase, seja no formato de sentença criminal, seja na elaboração de dissertação e de questões discursivas.

---

1. Em função da especificidade temática, os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) concentram suas provas de concurso na área trabalhista. Da mesma forma, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) dedica-se, preponderantemente, a questões de natureza eleitoral, além de prezar pela aplicação de provas objetivas, ou seja, de múltipla escolha.

É imprescindível que o candidato tenha atenção às seguintes tendências das provas discursivas:

- ❖ Priorizar temas de Direito Penal que ocupam posição de destaque tanto no Ministério Público Federal como nos Tribunais, eis que indispensáveis à atuação prática de cada uma das instituições mencionadas;
- ❖ Enfatizar temas que permitam discorrer sobre os seus diversos aspectos doutrinários, envolvendo a previsão legal, a natureza jurídica, o conceito do instituto, as classificações, as controvérsias empíricas e jurisprudenciais, entre outros;
- ❖ Atualizar-se de acordo com os recentes informativos, súmulas e julgados;
- ❖ Acompanhar o perfil de atuação de cada instituição na área criminal, bem como a linha de posicionamento de cada Banca Examinadora.

Embora os editais sejam similares, no Direito Penal cada Tribunal apresenta uma tendência ou posicionamento sobre certos institutos. Por exemplo, há temas de maior incidência na área estadual, enquanto que outros são triviais na Justiça Federal.

A partir dessa constatação, esta obra conta com temas de Direito Penal de maior tendência nas provas discursivas, tanto do Ministério Público Federal como dos Tribunais, seguindo a linha de posicionamento de cada uma dessas instituições.

Propõe-se, neste livro, analisar cada um dos institutos penais a partir do seguinte arquétipo:

- ❖ **DISSERTAÇÃO:** elaboração de uma dissertação, cujo enunciado foi extraído de questão oficial de concurso público, com a finalidade de demonstrar um padrão de estrutura textual em conformidade com o edital de cada instituição;
- ❖ **ESTUDO DE CASOS:** análise de casos a partir de resolução de questões, cujos enunciados foram oficialmente retirados de provas discursivas, possibilitando uma visão prática do candidato sobre o tema estudado;
- ❖ **SÚMULAS E INFORMATIVOS:** menção de súmulas e de recentes informativos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, além dos enunciados e recomendações da Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;
- ❖ **QUESTÕES PARA TREINAR:** constam, sem qualquer resolução, diversas questões discursivas extraídas de concursos públicos e do Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o escopo de condicionar o treinamento do candidato para provas dissertativas.

Salienta-se que, ao resolver uma questão dissertativa ou um estudo de caso, é fundamental que o candidato desenvolva uma linha de argumentação clara e objetiva, explorando os seguintes pontos:

- ❖ Introdução do tema no universo do Direito Penal, inserindo uma visão científica ou doutrinária do instituto exigido na questão, geralmente com a menção de princípios penais contemplados tanto na Constituição Federal como no Código Penal e na legislação especial;
- ❖ Desenvolvimento de redação clara, lógica e objetiva, valendo-se de linguagem escorreita, ortografia correta e letra legível, linha argumentativa coerente e harmoniosa sobre o tema, fazendo da escrita um meio apto não só à transmissão do conhecimento jurídico, como também dos preparos pessoal e intelectual do candidato para assumir o cargo de procurador da república ou de juiz substituto;
- ❖ Abordagens técnica e completa do instituto, sempre tendo em mente qual é o objetivo do examinador na questão. Mencionar, ao longo do texto, todas as “palavras-chave” sobre o tema, tais como nome (“*nomen juris*”), previsão legal, conceito, natureza jurídica, princípios, características, relações com outros ramos e consequências jurídicas, pois, quanto mais o candidato demonstrar o domínio do tema, sem perder a coerência e a objetividade, maior será a probabilidade de acerto da questão, chegando o mais próximo possível da resposta esperada pelo examinador (“espelho de correção”);
- ❖ Referência a julgados, jurisprudência, súmulas e informativos, principalmente dos entendimentos mais recentes firmados pelos tribunais superiores, eis que a prova é geralmente elaborada por estudiosos do Direito, sobretudo por profissionais que lidam com casos controversos em segunda instância, a exemplo de Desembargadores.

Sugere-se que, ao menos na prova discursiva, não sejam mencionados nomes de obras e examinadores, sequer de doutrinadores, a não ser que o enunciado da questão faça referência expressa a cada um desses itens.

No momento da prova, é difícil de redigir um rascunho prévio, pois, em razão do tempo, pode mais prejudicar que propriamente auxiliar. A melhor opção é o desenvolvimento de uma breve estrutura com os tópicos principais do tema, indicando o nome, a previsão legal, as consequências jurídicas, as súmulas, os informativos, os julgados e a jurisprudência, bem como outros elementos que possam ser exigidos pelo examinador.

É uma satisfação acompanhá-lo(a) nessa etapa. Bom treino e bons estudos!

## **2. CONTEÚDOS DOS EDITAIS SOBRE DIREITO PENAL**

### **2.1. Justiça Federal**

#### **2.1.1. Tribunais Regionais Federais**

##### **α) Regional Federal da 1ª Região**

Com relação à carreira de juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o concurso público compõe-se de duas provas escritas (P2 e P3), de caráter

eliminatório e classificatório, elaboradas e corrigidas pela Comissão de Concurso e diagramadas, impressas e aplicadas pelo Cespe, sendo:

I – uma prova escrita discursiva (P<sub>2</sub>), constituída de uma dissertação e duas questões, ou de quatro questões, a critério da Comissão de Concurso; e

II – uma prova escrita (P<sub>3</sub>), constituída da lavratura de duas.

Conta o edital com o seguinte conteúdo de Direito Penal, podendo ser exigido tanto na prova objetiva (primeira fase) como nas demais etapas (provas discursiva e oral):

1. Introdução ao Direito Penal. Conceito; caracteres e função do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e política criminal. Criminologia. Crimes contra a pessoa. Crimes de Imprensa. Crimes de manipulação genética. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial: crimes contra a propriedade intelectual e crimes contra o privilégio de invenção, contra as marcas e patentes e de concorrência desleal.

2. A lei penal: características; fontes; interpretação; vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade. Crimes de abuso de autoridade. Crimes nas licitações e contratos da Administração Pública.

3. Teoria geral do crime: conceito; objeto; sujeitos; conduta; tipicidade; culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Erro. Concurso de crimes e crime continuado. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes (Código Penal). Crime de corrupção de menores. Crimes contra a criança e o adolescente. Crimes contra a família. Estatuto do idoso. Crimes de produção, uso e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

4. Concurso de agentes: autoria e participação. Conduta delituosa. Resultado. Relação de causalidade. Imputação. Direitos humanos. Crimes de genocídio. Crime contra o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Crimes contra os índios. Crimes resultantes de preconceito de raça e de cor. Crimes contra pessoas com deficiência física. Crimes de tortura. Crimes contra a fé pública.

5. Teoria do tipo. O tipo do crime doloso e o tipo do crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e crimes omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes hediondos.

6. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade; legítima defesa; estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Crimes na exploração e utilização de energia nuclear. Crimes contra a segurança nacional.